

Governo pode fixar verbas em ORTNs a partir de 86

BRASÍLIA — A fixação das verbas orçamentárias destinadas aos Ministérios e outras entidades governamentais em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) e não apenas em moeda corrente (cruzeiros) é uma das idéias que estão sendo analisadas pelo Ministério do Planejamento, com o objetivo geral de corrigir as distorções provocadas pelas altas taxas de inflação e de elaborar um orçamento realista para a União.

Ao prestar essa informação, o Secretário de Planejamento do Ministério, Francisco Luna, ressaltou que existe amplo debate em torno da elaboração da proposta orçamentária para 86. Segundo ele, "o caminho a ser seguido ainda não foi definido", mas o governo sabe quais os erros do passado que devem ser evitados para que "as dotações efetivamente recebidas pelos Ministérios correspondam às necessidades inicialmente identificadas".

O orçamento da União é sempre elaborado com muita antecedência. Em agosto deste ano, a proposta para 86 terá que estar pronta e encaminhada ao Congresso Nacional. Essa antecipação torna praticamente impossível que o orçamento se baseie em uma taxa de inflação realista. E a taxa acaba sendo um misto entre o que o Governo gostaria que acontecesse no campo da inflação e o que espera efetivamente que aconteça.

A inflação termina, segundo Francisco Luna, por reduzir as verbas inicialmente destinadas aos Ministérios. Digamos que as autoridades tenham chegado à conclusão de que são necessários Cr\$ 1 trilhão para o programa de combate às endemias no próximo ano. E que esse volume foi calculado com base em uma previsão de inflação de 160 por cento para 86. Se a inflação efetiva for superior a esse percentual, o Ministério da Saúde terá, em termos reais, menos recursos para combater as endemias, mesmo recebendo os Cr\$ 1 trilhão previstos. A moeda estará mais desvalorizada e, portanto, terá menor poder aquisitivo.

Uma das idéias para reduzir tal distorção é a transformação das dotações orça-

mentárias em ORTNs. Cada Ministério calcularia suas verbas em cruzeiros, com valor equivalente em ORTNs da época. Caso a inflação estimada seja menor que a taxa efetiva, o Governo saberá identificar facilmente as lacunas do orçamento e como distribuir o excesso de arrecadação fiscal.

A distribuição da receita tributária excedente é outra questão que o Governo pretende enfrentar, informou uma fonte do Ministério do Planejamento. De acordo com a fonte, o excesso de arrecadação fiscal se deve mais à subestimação de algumas contas do orçamento e ao irrealismo da taxa de inflação utilizada para sua elaboração, do que ao crescimento real da receita.

A fonte citou, como exemplo, o caso da dotação fixada, no orçamento em vigor, para gastos com pessoal e encargos sociais. A verba foi fixada, inicialmente, pelo Governo anterior, em Cr\$ 11,8 trilhões, enquanto as últimas estimativas apontam uma necessidade efetiva de Cr\$ 38,2 trilhões, quantia 223 por cento superior à prevista.

Há duas razões para a diferença: a não inclusão, no volume de Cr\$ 11,8 trilhões, dos custos correspondentes ao reajuste salarial do funcionalismo público, em janeiro e em julho deste ano; e as contratações, benefícios e promoções concedidas, no início de 85, pelo ex-Presidente Figueiredo.

A principal consequência dessa subestimação dos gastos foi que do excedente de Cr\$ 24 trilhões na arrecadação obtido este ano, Cr\$ 22 trilhões se destinaram ao reforço do pagamento do funcionalismo e Cr\$ 2 trilhões, ao pagamento de juros.

Para corrigir tais distorções, os técnicos do Ministério do Planejamento apontam um caminho: é preciso elaborar um orçamento baseado em uma taxa de inflação mais realista, para que o excesso de arrecadação registrado durante o exercício financeiro não seja absorvido unicamente por despesas que foram subestimadas.